



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682349 - DF (2021/0232288-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : EDSON RIBEIRO AMARAL JUNIOR  
**ADVOGADO** : EDSON RIBEIRO AMARAL JÚNIOR - DF058157  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS  
**PACIENTE** : CRISTYAN DA COSTA DANTAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTYAN DA COSTA DANTAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Apelação Criminal n. 0734454-92.2020.8.07.0001).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos de reclusão, no regime inicial fechado, e de 600 dias-multa, à razão do valor unitário mínimo, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ilegalidade da condenação criminal, ao argumento de que fundada em acervo de provas oriundo de indevida invasão domiciliar promovida por policiais desprovidos de mandado judicial de busca e apreensão.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo de origem e o relaxamento da prisão cautelar do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja trancada a ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impetrado (e-STJ fls. 143-144):

*Registre-se que a Constituição Federal dispõe que a casa é asilo inviolável, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito (artigo 5º, XI, CF). E no Código de Processo Penal considera-se em flagrante delito quem está cometendo a infração penal, acaba de cometê-la ou é encontrado, logo depois, com instrumentos ou objetos que façam presumir ser ele o autor da infração penal (artigo 302, I, II e IV, CPP). Na situação em análise, os policiais civis realizaram monitoramento do réu por cerca de duas semanas (ID 24736332-24736333) e, diante dos indícios da prática delitativa, houve evidente flagrante de tráfico nas modalidades trazer consigo e ter em depósito. Ou seja, não houve abuso, mas estrito cumprimento do dever legal.*

*Quanto ao tema, sabe-se que foi definido pelo*

*Supremo Tribunal Federal, por meio de repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio, independente de mandado judicial é considerado legítimo quando baseado em razões justificadas pelos elementos do caso concreto, desde que indiquem a ocorrência, no interior da casa, situação de flagrante delito - RE n. 603.616/RO, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 8/10/2010.*

*Este Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que, sendo o crime de tráfico de drogas de natureza permanente, não se exige a apresentação de mandado de busca e apreensão para o ingresso dos policiais na residência do investigado, ou mesmo de autorização do proprietário do imóvel, quando se tem por objetivo cessar a atividade criminosa, dada a situação de flagrância, conforme ressalva o art. 5º, XI, da Constituição Federal.*

*Nessa senda, segue entendimento do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal:*

*[...]*

*Assim, diante dos indícios da prática de tráfico de drogas, a entrada dos policiais no interior da residência do apelante foi legítima, não se cogitando a nulidade da prisão em flagrante ou dos objetos apreendidos durante a diligência.*

*Ante o exposto, rejeita-se a preliminar suscitada.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência